

EGRESSOS DA EAD EM CONCURSOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO DE CANDIDATOS AO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CIANORTE/PR

EAD EGRESS IN PUBLIC PROCUREMENT: ANALYSIS OF THE PERFORMANCE OF CANDIDATES FOR CHILDREN'S EDUCATOR POSITION IN THE CITY OF CYANORTE / PR

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi51.48917>

GONÇALVES, Cléber dos Santos¹
COSTA, Maria Luisa Furlan²

Resumo

A EaD, formalizada no Brasil enquanto modalidade a partir da década de 1990, foi e é condicionante para a formação superior a uma parcela significativa da população, conforme relatórios e censos oficiais do último nível de ensino no Brasil têm apontado. Esses aspectos influenciam diretamente a habilitação de profissionais da área da educação, uma vez que a maior parte das matrículas nos cursos a distância são de licenciaturas. A partir de tais constatações iniciais, exploramos, neste trabalho, aspectos ligados ao processo de formalização da modalidade em solo brasileiro; as relações e as diferenças existentes entre as modalidades presencial e a distância no tocante ao acesso à educação superior; e, como objetivo-fim, o desempenho de egressos da EaD em concursos públicos. Para cumprir este último objetivo, realizamos uma análise das últimas seleções (de 2013 e 2018), por meio de Estudo de Caso, para o cargo efetivo de educador infantil do município de Cianorte, região noroeste do estado do Paraná. Como resultados, identificamos que houve, de um concurso a outro, considerável aumento no número de egressos da EaD dentre os aprovados.

Palavras-chave: Educação a Distância; Educação Superior; Formação Docente; Políticas Públicas.

Abstract

The EAD, formalized in Brazil as a modality since the 1990s, was and is a conditioning factor for higher education to a significant part of the population, as official reports and censuses of the last level of Brazilian education have pointed out. These aspects directly influence the qualification of professionals in the area of education, since most of the enrollments in the distance courses are of degrees. We explore, in this work, aspects related to the formalization process of the modality in Brazilian soil; the relations and the differences between the face-to-face and the distance modalities with regard to access to higher education; and, as an end-goal, the performance of graduates from the EaD in Civil service exam. To accomplish this last objective, we conducted an analysis of the last selections (from 2013 and 2018), through Case Study, for the effective position of child educator in the municipality of Cianorte, Paraná. We identified that from one competition to another, there was a considerable increase in the number of graduates from EaD among those approved.

Keywords: Distance Education; College Education; Teacher Training; Public Policy.

¹ Mestre em Educação (UEM).

² Doutora em Educação (UNESP/Araraquara). Professora da Universidade Estadual de Maringá.

Introdução

Como reflexo de iniciativas de ensino a distância no país, experiências globais de aprendizagens e recomendações de órgãos e organismos nacionais e internacionais, a Educação a Distância (EaD) se tornou modalidade reconhecida e formalizada em solo brasileiro desde a década de 1990, mais especificamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Mais de 20 anos após o início de sua regulamentação, a modalidade continua em expansão, apresentando aumento, ano a ano, no número de ingressantes na educação superior, sendo que em 2018 já respondia por mais de 24% de todas as matrículas no último nível de ensino no Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019).

A essas informações, soma-se o fato de que a maior parte dos vínculos acadêmicos se dê nas licenciaturas, na comparação com os demais graus de ensino. De acordo com o Censo EAB.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2017/2018, produzido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), os cursos que habilitam para a carreira docente (licenciaturas) respondem por mais de 46% de todas as matrículas. O restante é dividido entre os graus bacharelado e tecnológico.

Dessa forma, compreendemos, em um momento inicial, que, por ter uma influência cada vez mais crescente na educação superior, a EaD pode responder pela formação de um número significativo de professores para atuação nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. Considerando que o ingresso na carreira docente se dá por meio de concursos de provas e títulos, conforme preconiza a LDBEN, nos guiamos, neste trabalho, a partir do seguinte principal questionamento: Os licenciados egressos da EaD têm conseguido aprovação nas seleções relativas ao magistério público? Para responder ao questionamento de maneira satisfatória nesta pesquisa, analisamos duas seleções para um único cargo, de um único município: Educador Infantil, de Cianorte, no noroeste do estado do Paraná. Os resultados são pontuais e indicam aspectos relativos a uma amostragem bastante específica. Sendo assim, reforçamos que não é intenção, a partir desta pesquisa, apontar para conclusões gerais a respeito da EaD, mas, sim, para inferências específicas ao município e às seleções selecionadas, contribuindo para com pesquisas e ações focalizadas e, também, como indicativo para novos caminhos empíricos.

Metodologicamente, esta pesquisa contempla o Estudo de Caso, pela vertente Exploratória, estratégia que, de acordo com Yin (2005), oferece condições para que o objeto

seja explorado em seu recorte e suas características individuais, sem, contudo, se perder de vista as relações multifacetadas com ele estabelecidas. Assim, é possível trazer à luz aspectos originais e reveladores, considerando o recorte de uma dada situação e/ou fenômeno social. Apesar das críticas pela não possibilidade de generalizações Yin (2005), acreditamos ser este o melhor caminho para a pesquisa à qual nos propusemos, uma vez que não se tem a intenção de inferências genéricas, mas, sim, bastante específicas.

Os dois últimos concursos para o referido cargo na localidade datam de 2013 e 2018. De modo a contemplar profissionais que foram aprovados e que já foram convocados para atuação, realizamos uma análise que contemplou um questionário direcionado aos 34 primeiros aprovados de cada um dos pleitos, com perguntas estruturadas, com base em Gerhardt, Ramos Riquinho e Santos (2009). A partir dos questionamentos, foi possível apurar quantos possuíam formação superior; quantos cursos desse nível cada um havia feito; os anos de conclusão; e a natureza das instituições nas quais se formaram (públicas e privadas).

Dentre outras conclusões às quais pudemos chegar, destacaram-se duas constatações principais: 1) o fato de haver aumentado, significativamente, o número de egressos da EaD entre os aprovados nos concursos; 2) a escolha da EaD como a principal opção para aqueles que já possuíam/possuem um curso de nível superior.

É importante destacarmos que, antes da exploração de tais resultados, resgatamos aspectos históricos, políticos e sociais da EaD no Brasil, bem como sua influência na educação superior brasileira, para que houvesse uma melhor compreensão das finalidades às quais a modalidade está posta.

A EaD nas políticas públicas brasileiras: considerações acerca do processo de formalização da modalidade no Brasil

Uma pergunta comum a quem pesquisa ou se aproxima de temas relativos à EaD pode ser aquela ligada ao início das práticas de ensinamentos para além do aspecto presencial. Nós também nos lançamos constantemente a esta indagação, considerando-a importante para a compreensão dos caminhos pelos quais a modalidade seguiu, bem como das motivações para a sua formalização. Nesse contexto, é preciso destacar que não existe um consenso a respeito do marco inicial do ensino a distância no Brasil – o que, de acordo com Oliveira (2018), está relacionado à falta de informações sistematizadas e de fontes seguras com tais informações ou, ainda, “por não ser possível constatar os objetivos, conteúdos e metodologias desses cursos (OLIVEIRA, 2018, p. 53).

O que se tem são iniciativas que, por aspectos ligados a alcance, novidade e momentos históricos, se destacam. Há que se ressaltar que consideramos “ensino a distância” como a expressão que representa as iniciativas em momentos anteriores ao da formalização da modalidade no Brasil e, também, o processo ensino-aprendizagem de forma prática. Utilizamos EaD para indicar a modalidade já reconhecida em solo brasileiro.

Apesar de não haver consenso sobre o marco inicial do ensino a distância no Brasil, lançamo-nos à tarefa de indicar alguns momentos e iniciativas que são recorrentes na bibliografia sobre a temática. Nessa ação, compreendemos, com base em Alves (2001), que há registros que apontam para oferta de cursos a distância no país desde o século XIX, por meio de produções impressas. Segundo o autor,

[...] o Jornal do Brasil, que iniciou suas atividades em 1891, registra na primeira edição da seção de classificados, anúncio oferecendo profissionalização por correspondência (datilógrafo), o que faz com que se afirme que já se buscavam alternativas para a melhoria da educação brasileira, e coloca dúvidas sobre o verdadeiro momento inicial da EAD. (ALVES, 2001, p. 2).

Contudo, outro acontecimento é apontado, de forma recorrente, como o do início das experiências de ensino a distância em solo brasileiro: a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. Idealizada por Roquette-Pinto – educador, com formação e atuação, também, como médico legista, escritor, antropólogo, etnólogo e ensaísta –, a iniciativa fez com que as atenções se voltassem às possibilidades da radiodifusão, que seriam exploradas, a partir daí, em projetos de preparação das mentes, alfabetização (num momento em que o analfabetismo passava de 65% entre a população com mais de 15 anos) e expansão de conteúdos de informação (RANGEL, 2010).

O que se viu, a partir de então, foi a expansão de práticas de ensino a distância. No começo, ligadas ao veículo rádio, de grande alcance, e, sucessivamente, com a exploração de outros veículos e plataformas. É importante destacarmos que o Brasil não foi pioneiro nessa ação. Pelo mundo, quando dessas iniciativas, várias outras experiências já eram consolidadas e/ou se ascendiam. Na Suécia, por exemplo, ainda em 1829, foi inaugurado o Instituto Lîber Hermondes, que permitiu a formação de mais de 150 mil pessoas por meio do ensino a distância. Em 1840, no Reino Unido, foi criada a primeira escola por correspondência da Europa, na Faculdade Sir Isaac Pitman. Em 1892, em Chicago, nos Estados Unidos, foi criada a Divisão de Ensino por Correspondência, voltada à capacitação de professores (ALVES, 2010). Compreendemos como importante traçar esse paralelo, de modo a facilitar a compreensão sobre

a tendência global de superação de limites físicos e presenciais para os processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, as iniciativas de ensino a distância passaram a ser intensificadas, de forma a subsidiar a educação formal, com cursos e projetos livres.

Em 1934, ainda com base na radiodifusão, houve a instalação da Rádio-Escola Municipal do Rio de Janeiro, que estava a serviço de um projeto ligado à Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. A iniciativa era também de Roquette-Pinto e assumia um caráter ainda mais pedagógico, uma vez que os alunos tinham acesso a materiais pedagógicos, como folhetos e esquemas de aula, em uma prática de conversão entre os recursos sonoros e visuais (MAIA; MATTAR, 2007).

No final da mesma década, em 1939, surge o Instituto Monitor, indicado como o primeiro espaço a promover cursos profissionalizantes no país, tendência que começou a ter cada vez mais aceitabilidade. O Instituto Universal Brasileiro, por exemplo, que ainda mantém atividades e atuou na formação de uma parcela significativa da população, por meio de diferentes cursos segmentados, foi inaugurado pouco tempo depois, em 1941, mesmo ano em que nasce, também, a Universidade do Ar. Esta se manteve em atividade até o final da Guerra Mundial, em 1944, e renasceu em 1947 para ofertar cursos comerciais radiofônicos, com o patrocínio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Apesar de tais atividades deixarem de existir em 1967, o Senac ainda mantém ações similares (MARCONCINI, 2010).

Os projetos ligados a ensino a distância no país não eram somente nacionais, ou seja, não eram vislumbrados e idealizados somente aqui. O Brasil passou a figurar entre países nos quais havia a possibilidade de investimentos para expansão de ensinamentos não limitados a aspectos presenciais. Uma iniciativa que exemplifica esse aspecto é a da *Occidental School*, instalada em São Paulo em 1960, mas de origem americana. Sua atuação era no campo da eletrônica.

Entre os destaques que podem ser feitos em relação às experiências de ensino a distância na década de 1970 no Brasil, estão aquelas que exploravam a Tv, que, aos poucos, começava a se popularizar e representava algumas novidades, como a da possibilidade de se explorar recursos audiovisuais. É nesse contexto que o Sistema Nacional de Teleeducação é criado, ofertando cursos com base em materiais institucionais (ALVES, 2010).

Quando analisamos o cenário da educação superior, dois acontecimentos ficam em evidência, como sendo pioneiros. O primeiro se refere à atuação da Universidade de Brasília, a partir de 1979, por meio de cursos veiculados por jornais e revistas. O segundo consiste na criação da Universidade Aberta de Brasília, em 1992.

Aos poucos, algumas iniciativas passam a ser mais direcionadas a docentes, em propostas de formação continuada. O Jornal da Educação – Edição do Professor é um exemplo, passando a integrar a TV aberta em 1991, sob o nome Um Salto para o Futuro (ALVES, 2010).

Apesar da exploração de diferentes veículos, recursos e tecnologias visuais, sonoras e audiovisuais, é no final do século XX que as condições para o ensino a distância de maneira formalizada e integrando as estruturas da organização escolar se tornam mais sólidas. Isso porque, nesse momento, a comunicação por meio da internet passa a se desenvolver. Nesse cenário, não há como desprezar o papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

No final da década de 1990, de acordo com Pereira e Silva (2010),

[...] o poder de comunicação da Internet, aliado ao progresso em telecomunicações e computação, desencadeou uma grande mudança tecnológica. Nesse novo sistema, a força da computação é distribuída numa rede montada ao redor de servidores da web que usam os mesmos protocolos da Internet. O aumento assombroso da capacidade de transmissão com a tecnologia de comunicação em banda larga alavancou a possibilidade de uso da Internet e das tecnologias de comunicação semelhantes a esta, já que se tornou possível transmitir, além de dados, voz, e isso revolucionou as telecomunicações e sua respectiva indústria. (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 157).

É possível compreender, então, que no final do século XX, mais especificamente na década de 1990, o Brasil reunia várias iniciativas de ensino a distância, contudo, de maneira ainda não formalizada. Aliado a isso, existia o fato de as circunstâncias apontarem condições de implantação de cursos a distância em diferentes níveis e modalidades, a exemplo do que ocorria em diferentes partes do mundo.

É necessário destacar que a formalização dessa forma diferente de se ensinar e aprender atenderia a interesses diversos, inclusive os relacionados a recomendações de órgãos e organismos internacionais para aumentar os números de matrícula na educação formal, em especial na educação superior. Considerando o cenário de instabilidade econômica e política que o Brasil, ao lado dos demais países em situação de desenvolvimento, enfrentava no final do século XX, as orientações ocorreram no sentido de aumentar, de maneira acelerada, a inserção dos brasileiros no último nível de ensino. As discussões a esse respeito começaram a emergir desde a década de 1970, mas foi a partir de 1990 que as indicações práticas e reais encontraram respaldo e legitimidade, ao lado das reformas implementadas politicamente:

A primeira das propostas estratégicas trata sobre a diversificação das instituições do ensino superior, sob a implicação do desenvolvimento das várias instituições universitárias. A flexibilização das fontes de financiamento das universidades públicas é exposta como segunda estratégia, a partir de três pontos que são: a mobilização de mais fundos privados para o ensino superior; o apoio aos estudantes carentes qualificados; e o maior controle dos recursos fiscais entre e dentro das instituições (BANCO MUNDIAL, 1995). A terceira estratégia redefine as funções do Estado tornando-o agente facilitador que possibilite a implantação das diretrizes privatizantes da educação. A “qualificação” do ensino superior é a quarta estratégia a ser alcançada a partir do atendimento eficaz aos setores privados. (NASCIMENTO; BRITO; LOPES, 2005, p. 3).

Como é possível verificar, a necessidade de se expandir a oferta de cursos da educação superior, a partir de diferentes vertentes e aspectos, passa a ser destaque, sendo que o ensino a distância apresentava-se como a possibilidade de se atender tais orientações, com vistas à flexibilização de formação, expansão e variedade de perfis de Instituições de Ensino Superior (IES).

É nesse contexto que a EaD surge enquanto modalidade. Sua formalização se dá a partir da LDBEN, de 1996. Com a referida lei, a EaD deixa de ter um caráter meramente emergencial e supletivo e passa a ocupar local de destaque nas estratégias para a expansão do último nível de ensino. Apesar de indicar em vários pontos sobre as possibilidades da exploração da EaD, os destaques à modalidade no documento basilar da educação nacional estão nos Artigos 62 – que trata legalmente, pela primeira vez, da possibilidade de formação de professores por meio da modalidade a distância –, e 80, a partir do qual são cobradas regulamentações específicas para que a proposta da nova forma de se ensinar e aprender fosse colocada em prática.

Sucessivamente a isso, a EaD foi pauta de diferentes documentos legais, que tratavam, de maneira específica a casos isolados, as exigências e as prerrogativas dispensadas à modalidade. Aqui, merecem realce os três decretos que foram editados para a regulamentação do Artigo 80 da LDBEN: 2.494/1998, 5.622/2005 e 9.057/2017. Tais textos estavam direcionados a estabelecer normas para oferta de cursos, emissão de certificados e diplomas, entre outros aspectos, e foram sendo substituídos, cronologicamente, em virtude de atualizações, que, ao mesmo tempo em que acompanhavam discussões legais, criavam condições e prerrogativas cada vez mais abertas para a oferta de cursos a distância.

A EaD e a educação superior no brasil

Para efeitos de contextualização, e pelo fato de a EaD estar relacionada diretamente às mudanças ocorridas na educação superior, no que se refere a oferta e matrículas, consideramos necessário destacar aqui alguns aspectos relacionados à educação superior no Brasil. Na sequência, segmentaremos nossa discussão apresentando destaques relativos apenas à modalidade sobre a qual nos debruçamos no desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, usamos como base dois documentos principais: O Censo da Educação Superior 2018 (BRASIL, 2019) e o Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2017/2018 (ABED, 2018).

As IES no Brasil são, concomitantemente, privadas e públicas. Todavia, é importante compreender que a participação de instituições particulares é cada vez mais intensa que a das mantidas pelo Poder Público. De acordo com o Censo da Educação Superior, a proporção do último levantamento, com base no ano de 2018, era de 88,2%, contra 11,8%, respectivamente.

Em relação às matrículas, o mesmo documento aponta que, de 2008 a 2018, a quantidade aumentou 44,63%, sendo que no começo desse período, a quantidade de alunos vinculados em algum curso superior era de 5,8 milhões. Em 2017, esse número era de quase 8,5 milhões, sendo mais de 75% de instituições da iniciativa privada (BRASIL, 2019).

O Censo aponta ainda que o aumento no número de matrículas no cenário atual se deve principalmente à modalidade a distância. Comparando dados de 2017 e 2018, o documento mostra que, de um ano a outro, houve diminuição no número de ingressantes na modalidade presencial, indo de 2.152.752 para 2.072.614, baixa de 3,7%. Já na EaD, o número de ingressantes nesse mesmo período subiu de 1.073.497 para 1.373.321, uma alta de 27,9%.

Os dados também chamam a atenção quando analisamos o número de matrículas no geral – e não somente o de ingressantes. Nos cursos de graduação da modalidade presencial, a quantidade de vinculados a alguma IES diminuiu em mais de 2%. Já na modalidade a distância, foi verificado um aumento de 17,04%. Essa tendência de crescimento do número de vínculos na EaD é recorrente. Para se ter uma ideia disso, destacamos que em 2008 começaram a cursar a modalidade 463.093 pessoas; em 2018, o número já era de 1.373.321, praticamente o triplo.

Comparando os dados do Censo da Educação Superior e do Censo EAD.BR (ABED, 2018), duas outras informações saltam aos olhos. A primeira é que, enquanto no cenário geral da educação superior o grau predominante de ensino é o bacharelado, com 58% das matrículas, na modalidade a distância, o destaque é para os cursos que preparam para a carreira docente, ou seja, as licenciaturas, nas quais estão matriculados cerca de 46% dos acadêmicos, sendo o restante dividido entre os graus bacharelado e tecnológico. A segunda é referente a um destaque

quanto à natureza dos cursos das instituições analisadas: cerca de 9% delas atuavam em 2017 apenas com EaD, o que foi uma novidade gerada no mesmo ano, a partir do Decreto 9.057/2017, já que antes só era possível ofertar cursos a distância quando havia a atuação na modalidade presencial.

Considerando isso, percebemos que a exploração da EaD por parte das IES deve crescer, no comparativo com a modalidade presencial. Nesse ritmo, de acordo com uma pesquisa divulgada em 2018 pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), o número de matrículas em cursos a distância deve ser maior do que nos presenciais a partir de 2023. E se a maior parcela é voltada a licenciaturas, compreendemos que tal aspecto influencia principalmente a formação de professores em diferentes áreas de ensino.

Frente aos dados apresentados, consideramos importantes as análises que avaliam a formação de egressos da EaD, de modo a compreender se e como tem se dado a inserção profissional, em especial na carreira do magistério.

Desempenho de egressos da EaD: analisando os certames do município de Cianorte/PR para o cargo de educador infantil

Conforme preconiza a LDBEN, o ingresso na carreira do magistério público deve ocorrer a partir de aprovação em concurso público de provas e títulos. Dessa maneira, uma das formas de se avaliar o desempenho e a formação de egressos da EaD é identificar se estes estão alcançando aprovação em concursos públicos e qual a relação entre sua participação e a daqueles formados pela modalidade presencial.

Por essa razão, selecionamos os dois últimos concursos públicos para o cargo de educador infantil no município de Cianorte, localizado na região noroeste do estado do Paraná. Com isso, procuramos trazer à tona respostas a diversos questionamentos, tais como: Qual o percentual de aprovados egressos da EaD em cada um dos certames?; A formação em EaD é sempre como inicial?; Qual a natureza das instituições nas quais os profissionais se formaram?; e Houve aumento, estagnação ou diminuição no percentual de formados a distância entre os aprovados, de um concurso a outro?

Para tanto, foi selecionada a mesma quantidade de entrevistados nos dois concursos – sendo um de 2013 e o outro de 2018. O critério para essa seleção foi a escolha por profissionais aprovados e já convocados para atuação. Como o último concurso ainda está em vigência, identificamos que já haviam sido convocados para assumir seus postos, até o momento desta pesquisa, 34 aprovados, sendo que a mesma quantidade, em ordem de classificação, foi selecionada do concurso anterior. No total, foram selecionados, então, 68 candidatos.

Notandum, ano XXII, n. 51, set./dez. 2019 CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

Desses selecionados, levamos em consideração, para a análise, apenas os que estavam em atuação e que responderam aos questionamentos. Aqueles que não assumiram o concurso, que no momento desta pesquisa não ocupavam o cargo e/ou não responderam ao questionário foram apontados, mas sem contabilização.

Consideramos indispensável destacar, uma vez mais, que não é objetivo deste trabalho trazer compreensões e inferências generalizadas a respeito da EaD no Brasil, mas, de maneira pontual e bastante específica, somar às inúmeras pesquisas desenvolvidas acerca da temática em no território nacional.

É importante registrarmos que o primeiro concurso foi regido pelo Edital 001/2013, com resultado homologado em 29 de abril de 2013. O segundo foi guiado a partir do Edital 001/2018, com homologação em 08/01/2019. No de 2013, 457 pessoas foram aprovadas; no de 2018, 442. De acordo com ambos os editais, a habilitação mínima aceitável era a de Formação de Docentes em Nível Médio. Além disso, poderiam assumir o cargo aqueles formados em Pedagogia ou no curso Normal Superior.

Aos entrevistados foram feitas sete perguntas estruturadas, que compunham o questionário:

- 1) Quantas formações na área da educação você possui?
- 2) Qual(is) é(são)?
- 3) Você possui algum outro curso superior? Se sim, qual?
- 4) Em qual(is) ano(s) você concluiu sua(s) formação(ões)?
- 5) Você estudou por meio da modalidade a distância ou de forma presencial?
- 6) Em qual(is) instituição(ões) você se formou?
- 7) Quais o(s) ano(s) de formação(ões)?

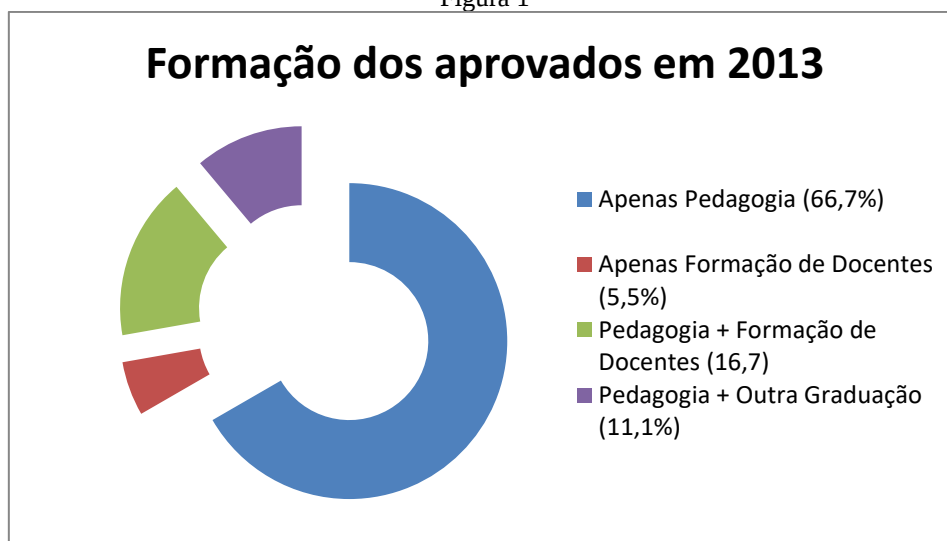
A seguir, exploramos separadamente os dois certames e, na sequência, as constatações a partir da análise entre os dois.

Concurso de 2013 para o cargo de Educador Infantil

Dos 34 selecionados do primeiro concurso, 18 tomaram posse e responderam ao questionário. Desse total, 12 são formados apenas em Pedagogia (66,7%); cinco possuem mais de uma formação – sendo que dois têm Formação de Docentes de Nível Médio e Pedagogia (11,1%) e três em Pedagogia e outra graduação (16,7%) –; e um possui apenas a Formação de Docentes em Nível Médio (5,5%).

O gráfico a seguir nos ajuda a compreender melhor tais informações preliminares.

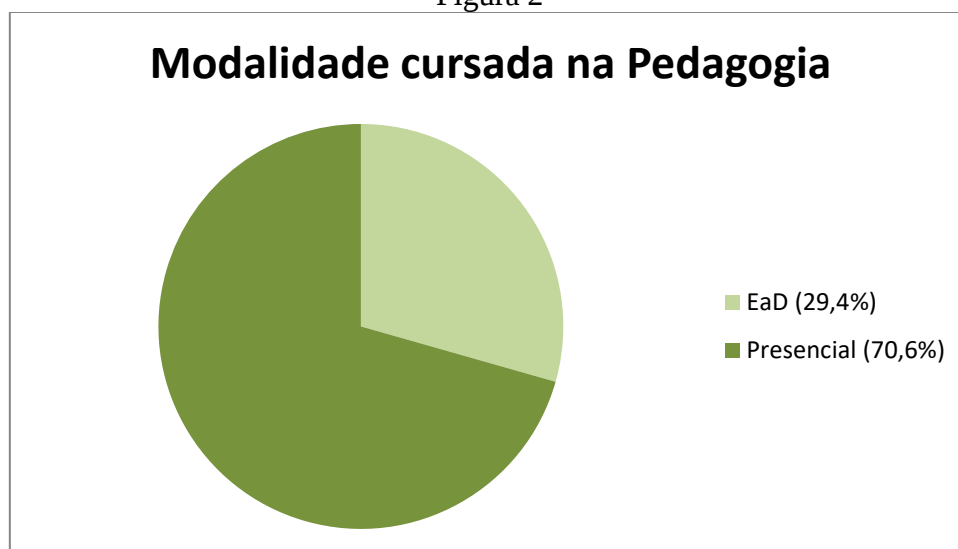
Figura 1



Fonte: elaborada pelos autores.

Dignas de destaque, também, são as informações relativas às modalidades pelas quais houve a formação em nível superior. A este respeito, constatamos que entre os 17 profissionais que possuem Pedagogia, cinco a cursaram por meio da EaD (29,4%). Os 12 restantes o fizeram por meio da modalidade presencial (70,6%). Tais informações estão reunidas no gráfico 2.

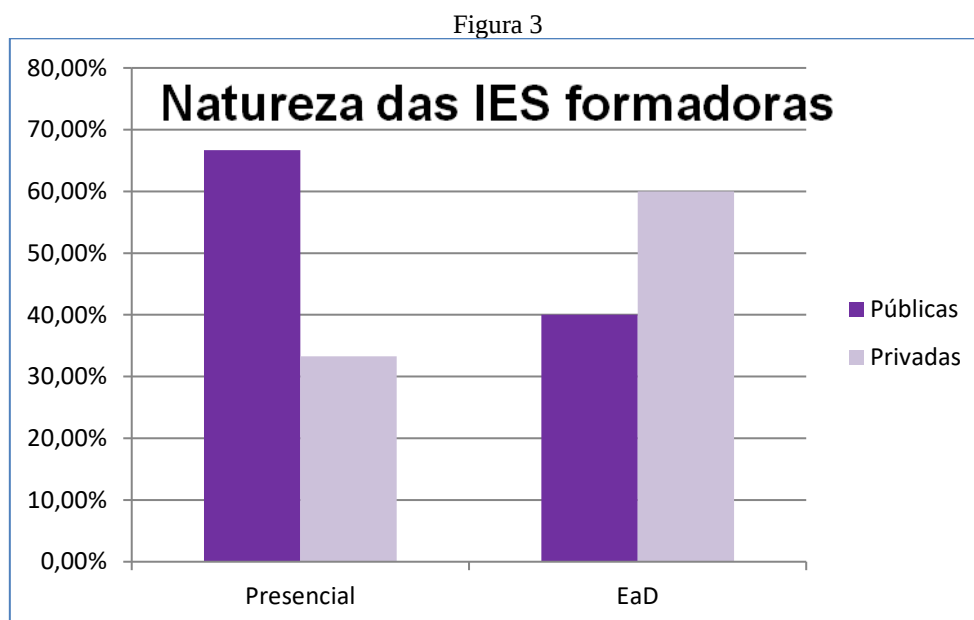
Figura 2



Fonte: elaborada pelos autores.

O questionamento relativo à natureza das instituições em que houve matrícula também oferece informações importantes no que tange à formação dos profissionais da educação. Dos

que cursaram Pedagogia pela modalidade presencial, 8 o fizeram em IES públicas (66,7%). Os quatro restantes cursaram pela iniciativa privada (33,3%). Entre os que concluíram a licenciatura pela modalidade a distância, dois cursaram em IES públicas (40%) e o restante em privadas (60%).



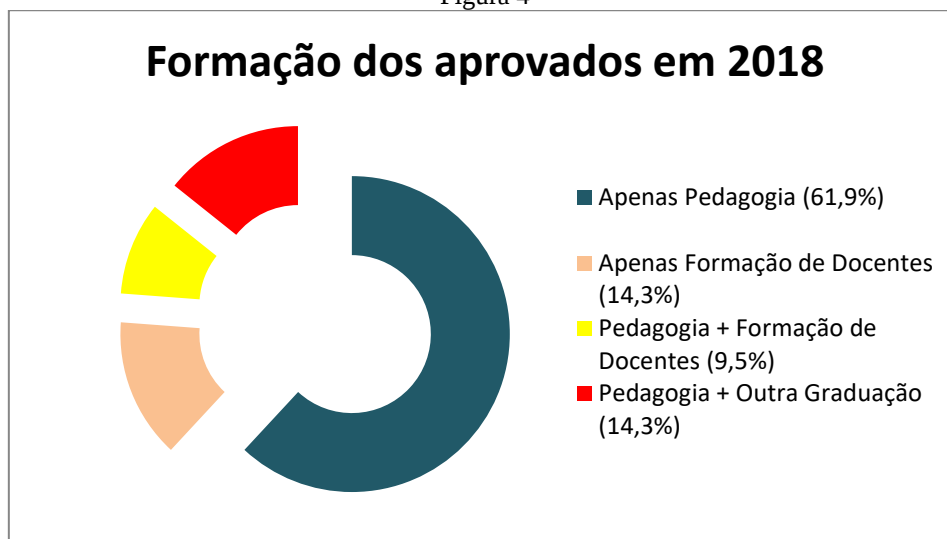
Fonte: elaborada pelos autores.

Além do exposto, pudemos constatar, também, os seguintes dados: O profissional que ingressou no cargo apenas com o Curso de Formação de Docentes está matriculado em uma licenciatura (EaD), tendo ingressado após ter tomado posse no cargo; Dos que possuem Pedagogia, 13 a concluíram antes do certame e quatro após terem sido aprovados; Dentre os que possuem mais de uma graduação, um possui licenciatura e bacharelado e um possui duas licenciaturas – estes cursaram a Pedagogia por meio da EaD.

Concurso de 2018 para o cargo de Educador Infantil

Dos 34 selecionados do segundo concurso, 21 atenderam aos critérios desta pesquisa e responderam ao questionário desta pesquisa. Desses, 13 são formados apenas em Pedagogia (61,9%); cinco possuem mais de uma formação – sendo que dois têm Formação de Docentes de Nível Médio e Pedagogia (9,5%) e três em Pedagogia e outra graduação (14,3%) –; e três possuem apenas a Formação de Docentes em Nível Médio (14,3%). Os dados estão reunidos no gráfico a seguir.

Figura 4



Fonte: elaborada pelos autores.

Quando analisamos as respostas relativas às modalidades nas quais os profissionais entrevistados estudaram, alguns dados chamam a atenção. Entre os que possuem Pedagogia, nove cursaram na modalidade presencial (50%) e nove cursaram na modalidade a distância (50%). Ou seja, o número de aprovados com Pedagogia que estudaram por meio da EaD é o mesmo dos que foram vinculados à modalidade presencial, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Figura 5

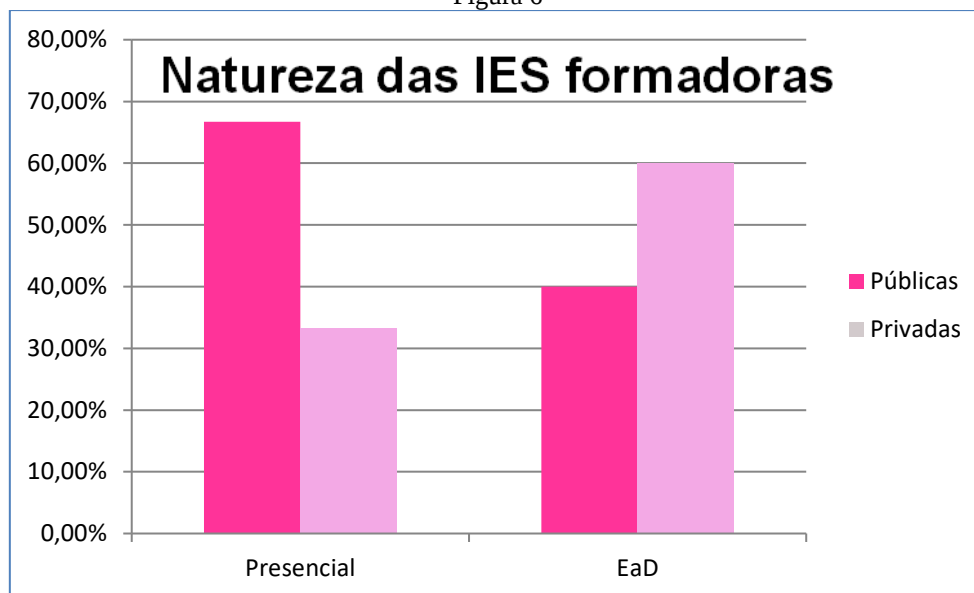


Fonte: elaborada pelos autores.

A formação dos profissionais foi avaliada, também, em relação à natureza das instituições onde estudaram. Dos que cursaram Pedagogia pela modalidade presencial, 8 o fizeram em IES

públicas (88,9%). Apenas um estudou pela iniciativa privada (11,1%). Entre os que concluíram a licenciatura pela modalidade a distância, dois cursaram em IES públicas (22,2%) e sete em privadas (77,8%).

Figura 6



Fonte: elaborada pelos autores.

Em relação ao pleito de 2018, há outros dados que merecem destaque: Os três profissionais que ingressaram no cargo por meio da Formação de Docentes de Nível Médio encontram-se matriculados em curso de licenciatura, sendo que dois cursam na modalidade a distância e um na presencial; Dos que possuem Pedagogia, 15 já haviam concluído o curso quando da participação no certame e três concluíram depois; As três pessoas com mais de uma formação superior possuem um bacharelado e uma licenciatura, tendo cursado a Pedagogia por meio da EaD.

Considerações finais

Os questionamentos relativos ao desenvolvimento da EaD no Brasil, que nos motivaram a esta pesquisa, podem abrir caminhos para várias construções. Aqui, além de resgatarmos aspectos históricos e políticos da modalidade, nos propusemos a analisar se e em que medida egressos de cursos de licenciatura a distância têm conquistando espaço na carreira docente pública, para a qual é necessária aprovação em concurso público de provas e títulos.

Nesse sentido, levamos em consideração as informações dos 34 aprovados primeiros colocados em cada um dos dois últimos concursos para o cargo de Educador Infantil do

município de Cianorte, localizado na região noroeste do estado do Paraná. Da análise das informações com base nos dois certames, de 2013 e 2018, destacamos algumas reflexões que somam a pesquisas e trabalhos a respeito da EaD e seu impacto na formação de professores.

O primeiro aspecto que merece destaque é o do aumento significativo, de um pleito a outro, do percentual de egressos de cursos a distância, no grau licenciatura, entre os primeiros aprovados e efetivados como profissionais da educação. Enquanto no primeiro dos concursos analisados eles respondiam por 29,4%, no segundo, cinco anos depois, já representavam a metade dos primeiros colocados. Essa constatação nos leva a três inferências principais: a de que a modalidade tem sido reconhecida – tanto por parte de quem oferta quanto por parte de quem procura por formação; a de que a formação por uma maneira diferente de ensinar e aprender não representa mais ou menos habilidades para avanço na carreira; e a de que a participação de professores formados pela modalidade a distância deve crescer ainda mais nos próximos anos, corroborando com o que observamos e com o que tem sido apontado por diferentes pesquisas da área educacional.

O segundo aspecto é o de que a formação em pedagogia tem se alinhado a formações em outras áreas e representado uma alternativa diferente de atuação profissional – mesmo para aqueles que não têm na primeira graduação a formação na área da educação, número que, aparentemente, tem aumentado. Enquanto no pleito de 2013, considerando os que tinham duas graduações, metade já possuía formação na área da educação e metade em outra área, em 2018, todos aqueles que apresentaram duas formações superiores apontaram ter cursado, antes da pedagogia, um curso de bacharelado. Isso pode estar relacionado às intensificações dos cursos a distância, que, como vimos, são predominantes na área da educação e, também, a programas de incentivo à habilitação docente, relacionados a cursos de segunda licenciatura e programas especiais de formação pedagógica.

O terceiro aspecto que nos chama a atenção está relacionado à natureza das instituições formadoras desses profissionais. Desde o concurso de 2013, parece-nos claro que a modalidade presencial prevalece para aqueles que estudam nas instituições públicas, enquanto a EaD é mais presente entre aqueles que estudam em IES privadas. E apesar de essa tendência ser observada nas duas seleções, precisamos destacar que no último concurso, mais recente, portanto, observamos uma diferença significativa: o percentual dos que estudaram a distância em instituições não mantidas pelo Poder público saltou de 60% para quase 80%. Encontramos relação entre esses dados e os emanados dos documentos oficiais que exploramos neste trabalho, que apontam para uma tendência de oferta muito mais expansiva da EaD pela iniciativa privada, na comparação com a modalidade presencial.

Notandum, ano XXII, n. 51, set./dez. 2019

CEMOrOC-Feusp / IJI-Univ. do Porto

A partir de tais considerações, ressaltamos que têm havido uma disseminação e aceitação, cada vez mais crescente, da modalidade a distância, uma vez que o número de pessoas que procuram por essa formação cresce em ritmo acelerado. Além disso, compreendemos que não há diferenciação quanto às capacidades de aprovação em concurso em virtude de formação em EaD ou pela modalidade presencial; em outras palavras, entendemos que a qualidade de formação não está relacionada à forma pela qual se aprende e ensina, mas a uma série de fatores para além disso; afinal, o desempenho de egressos das duas modalidades nos soou similar. Compreendemos, por fim, que a EaD tem representado uma alternativa legítima de formação em nível superior, em especial na área da educação, habilitando satisfatoriamente pessoas que profissionalmente escolhem pela carreira docente.

Referências

ABED. **Censo EAD.BR**: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2017/2018. Curitiba: Ibipex, 2018.

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, 10, 2010, p. 83-92. Disponível em <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**. Washington, DC: Banco Mundial, 1996. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2018.

BRASIL. **Decreto 2.494 de 19 de agosto de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-norma-pe.html>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior 2018**: Notas Estatísticas. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em: 22 set 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9394, de 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 abr. 2018.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARCONCIN, M. A. **Desenvolvimento histórico da Educação a Distância no Brasil.**

2010. Disponível em:

<<http://www.followscience.com/account/blog/article/106/desenvolvimento-historico-da-educacao-a-distancia-no-brasil>>. Acesso em: 10 maio 2018.

NASCIMENTO, C. F. do; BRITO, F. P. de; LOPES, J. S. **Para onde vai a universidade? Os organismos multilaterais e o financiamento da educação superior no Brasil**, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Claudiomar_Ferreira_Fabrine_Pereira_Joivaldo_Lopes119.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

OLIVEIRA, P. M. G. de; COSTA, M. L. F. **Mapeamento da pesquisa em Educação Musical a Distância no Brasil**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2018.

PEREIRA, D. M.; SILVA, G. S. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento**. Disponível em:

<<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/884/891>>. Acesso em: 10 maio 2018.

RANGEL, J. A. **Edgard Roquette-Pinto / Jorge Antonio Rangel**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em	28/07/2019
Aceito em	28/09/2019